

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

| | |
|--|----|
| O direito à saúde e a possibilidade do controle judicial Ana Luiza Lima Fazza | 9 |
| A inconstitucionalidade do art. 25 da Lei Anticorrupção Leonardo Vasconcellos Braz Galvão | 23 |
| Desafios do constitucionalismo no século XXI Luiz Carlos da Rocha | 31 |
| Constitucionalização do Direito Administrativo: reflexos na processualidade administrativa Rafhaella Cardoso Langoni | 42 |
| O novo Marco Regulatório das parcerias voluntárias – Modificações trazidas pela Lei nº 13.019/2014 Silvia Portes Rocha Martins | 52 |
| Comentários à Lei nº 12.846, de 1ª de agosto de 2013 – Lei Anticorrupção contra pessoas física e jurídica de direito privado Toshio Mukai | 62 |

DIRETO AO PONTO

| | |
|--|----|
| Políticas públicas, <i>minimum</i> existencial, oposição da “cláusula da reserva do possível” e a proibição do retrocesso social no Direito brasileiro Pedro Thomé de Arruda Neto | 73 |
|--|----|

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS FÓRUM ADMINISTRATIVO

| | |
|--|----|
| Conceituação de expressões utilizadas pela Administração | 79 |
|--|----|

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

| | |
|---|----|
| Previdenciário – Constitucional – Regime próprio e previdência – Lei estadual que incluiu segurados que não são servidores de cargos efetivos na Administração Pública – Art. 40, da Constituição Federal – Necessária vinculação ao Regime Geral de Previdência Social. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.641/SC | 83 |
|---|----|

Superior Tribunal de Justiça

| | |
|--|----|
| Processo Civil – Administrativo – Ação rescisória – Processo Administrativo Disciplinar – Prescrição do fundo de direito – Art. 1º, do Decreto nº 20.910/32 – Sentença penal absolutória – Reconhecimento da prescrição punitiva do Estado – Não produção de efeitos na decisão administrativa – Sentença proferida no âmbito criminal somente repercute na esfera administrativa quando conhecida a inexistência material do fato ou a negativa de sua autoria. Ação Rescisória nº 3.694 - SP | 89 |
|--|----|

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

| | |
|---|----|
| Constitucional – Administrativo – Servidor público – Mandado de segurança – Cumulação de cargos na área da saúde – Dois cargos de técnico em radiologia – Limitação de carga horária – Danos a saúde – Lei nº 7.394/85 – Impossibilidade – Direito fundamental indisponível – Segurança denegada. Apelação/Reexame Necessário nº 2006.38.00.029755-2/MG | 94 |
|---|----|

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

| | |
|--|----|
| Administrativo – Mandado de segurança – Servidor público – Gozo de licença sem vencimentos – Ocupação de cargo público distinto – Averbação de tempo de serviço – Art. 37, XVI, CF/88 – Ausência de vedação – Interpretação restritiva quanto à proibição de acumular – Vedação incidente somente em casos de remuneração em ambos os cargos. Apelação/Reexame Necessária nº 0002382-49.2013.4.02.5001 | 97 |
|--|----|

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

| | |
|---|-----|
| Administrativo – Servidor – Demissão – Art. 137, da Lei nº 8.112/90 – Constitucionalidade – Não classificação como pena – Imposição em razão do princípio da moralidade administrativa. Apelação/Reexame Necessário nº 0014403-68.2008.4.03.6112/SP | 100 |
|---|-----|

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

| | |
|---|-----|
| Administrativo – Ação Civil Pública – Iluminação Pública – Trecho de rodovia federal inserido em limite territorial de município – Perímetro urbano – Responsabilidade do DNIT – Descabimento – Possibilidade de instituição de contribuição pelos municípios para custeio do serviço de iluminação pública – Art. 149-A, CF/88 – Competência constitucional do Município – Art. 30, V, CF/88. Apelação/Reexame Necessário nº 5013492-53.2014.404.7204/SC | 102 |
|---|-----|

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

| | |
|---|-----|
| Ação civil Pública – Ambiental – Construção em APP e conjunto urbano – Total ausência de fiscalização – Demolição – Inaplicabilidade – Medida drástica reconhecida por laudo oficial – Vedação pelo Decreto nº 6.514/2008 – Ecoturismo – Atividade permitida e de baixo impacto ambiental – Inexistência de dano ambiental. Apelação Cível nº 573653/CE | 110 |
|---|-----|

EMENTÁRIO

| | |
|---|-----|
| Administrativo | 115 |
| Concurso Público | 116 |
| Improbidade Administrativa | 121 |
| Meio Ambiente | 124 |
| Previdenciário | 125 |
| Processo Administrativo Disciplinar | 126 |
| Responsabilidade Civil | 128 |
| Servidor Público | 130 |

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

| | |
|------------------------|-----|
| Administrativo | 137 |
| Concurso Público | 137 |
| Constitucional | 137 |
| Meio Ambiente | 138 |
| Servidor Público | 138 |

LEGISLAÇÃO COMENTADA

| | |
|--|-----|
| Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 64) Antônio Flávio de Oliveira | 141 |
|--|-----|

LEGISLAÇÃO

| | |
|----------------------------------|-----|
| INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO | 143 |
| INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES | 145 |